

Além do amadorismo

MARCELO DE PAIVA ABREU

Em país menos acostumado a improvisações e imprudências causaria escândalo que, cinco semanas depois de uma expressiva vitória eleitoral, a coalizão política vitoriosa estivesse mergulhada em grande esforço de definição do que seria a sua estratégia nos próximos quatro anos. Se a disputa eleitoral tivesse sido mesmo que remotamente travada no campo das idéias, e não preponderantemente na mistificação da opinião pública, este vexame poderia ter sido evitado. O que se vê agora é uma mistura de amadorismo, confusão entre desejos e possibilidades, incapacidade de avaliação do desempenho passado e, conseqüentemente, de correção de rumos.

A constatação das limitações do processo de busca de um projeto estratégico coerente por parte da coalizão governamental não deve interditar a discussão de alternativas que façam mais sentido. O exercício de contrastar estratégias formuladas com base em critérios racionais com as estratégias que vierem a emergir do atual esforço de reflexão do governo Lula pode ser aplicado a diversas políticas setoriais. No caso da política externa, pode ser especialmente útil em vista das declarações do ministro das Relações Exteriores de que nada mudará, presumivelmente porque se julga que os resultados alcançados no primeiro quadriênio tenham sido satisfatórios. Corrigida a miopia e outros defeitos de visão que têm sistematicamente acometido a auto-avaliação no Palácio dos Arcos, análise menos benevolente indicaria nas posições adotadas pelo Itamaraty desde 2003: excessos terceiro-mundistas, resultados concretos modestos na aproximação com outras grandes economias emergentes, subordinação à posição da Venezuela em relação a diversos temas hemisféricos, excesso de zelo na acomodação de queixas argentinas no âmbito do Mercosul, resistência ideológica a negociações comerciais com as principais economias desenvolvidas, derrotas sucessivas e desgastantes em postulações brasileiras para ocupar altos cargos em instituições multilaterais. No plano mais genérico: a forma tem dominado amplamente a substância, objetivos políticos têm dominado sistematicamente os objetivos concretos, em particular os econômicos. Por exemplo, qual é mesmo a relação custo-benefício de uma participação brasileira no Conselho de Segurança das Nações Unidas? A menos que se dê ponderação desmesurada à noção difusa de prestígio, os benefícios líquidos são pelo menos duvidosos. E não é fácil descobrir em nome de que segmentos da sociedade civil o tema vem ocupando posição tão proeminente na agenda brasileira.

É pela efetiva mobilização das forças políticas, entidades de classe e organizações não-governamentais que deveria passar a formulação de uma política externa coerente, eficaz na defesa da soberania nacional e dos interesses concretos de seus cidadãos. Ao governo caberia liderar o processo de mobilização de virtudes cívicas, incluindo com destaque os meios empresariais, para que as negociações internacionais resultassem no máximo de benefícios para o País. Seria missão árdua. As manifestações periódicas de lideranças do setor privado quanto a temas da pauta econômica revelam como é enraizada a defesa de interesses paroquiais. São, por exemplo, melancólicos os lamentos bimensais das lideranças empresariais quanto às decisões do Banco Central: até mesmo

a história e a geopolítica (sic) são mencionadas para justificar o choro reiterado de que, afinal, haveria espaço para diminuir mais rapidamente a taxa de juros.

Para que se estabeleça pauta mais realista para a política externa é necessário que as lideranças empresariais adotem reivindicações menos fisiológicas. Que atribuam a devida importância à estabilidade macroeconômica. Que defendam encarniçadamente reformas fundamentais, como a tributária e a previdenciária. Que se comprometam com esforços de pesquisa e desenvolvimento e a transferência de resultados para o setor produtivo. Que estejam dispostas a aceitar a redução da proteção do mercado brasileiro em troca de significativas concessões de acesso aos nossos mercados de exportação.

Na Organização Mundial de Comércio (OMC) seria necessário adotar postura menos flexível quanto às resistências de parceiros do G-20, especialmente Índia e China, em relação à liberalização agrícola. Na África, é difícil justificar por que o Brasil, em vez de privilegiar reuniões políticas inconclusivas, não pode adotar postura mais arrojada, de radical abertura de mercados, talvez acompanhada da possibilidade de utilização de salvaguardas. As possibilidades de integração entre África do Sul e Mercosul não deveriam, em qualquer caso, ser expostas às reticências indianas. Na América do Sul, o programa de reabilitação da liderança efetiva do Brasil passaria necessariamente pela solução do dilema quanto ao Mercosul. Seria necessária coragem política para enfrentar sem tergiversar a realidade de que não há solução intermediária viável entre levar à frente as negociações do mercado comum e aprofundá-lo e, no outro extremo, o reconhecimento de que as ambições iniciais eram excessivas e de que nos devemos contentar com uma zona de livre comércio. Por outro lado, se o Brasil pretende ser líder regional, não se poderia abster de participar ativamente na solução de crises regionais, como, por exemplo, a das papeleiras uruguaias. Embarcada a Venezuela no Mercosul, o Brasil deveria estar disposto a conter os danos de um ato imprudente e bloquear energicamente as prováveis tentativas protagônicas de Hugo Chávez.

Se o Brasil arrumar a casa, definir uma estratégia econômica que faça sentido e começar a parecer um país que tenha efetiva disposição de abandonar a sua posição de gigante estagnado, cristalizada no último quarto de século, poderá ter condições de negociar acordos comerciais com as principais economias desenvolvidas, extraíndo concessões significativas, superando o seu crescente isolamento. A política externa seria não apenas ativa, mas também racional.

Marcelo de Paiva Abreu, Ph.D. em economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio